



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SECSTM/DIDOC/COGES/SEBIB

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS COMUNS - JMU

ASSINATURA DE PERIÓDICOS/ PLATAFORMA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviços **Revista dos Tribunais Online** e **Biblioteca Digital Proview**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR DA CONTRATAÇÃO
1	Revista dos Tribunais Online - Completa (Assinatura de jornais e periódicos / acervo bibliográfico - com acesso on-line)	23108	1 assinatura , 50 usuários, acesso por IP ou protocolos de segurança estabelecidos/TOKEN. Vigência de 12 meses.	R\$ 71.264,43
2	Biblioteca Digital Proview (Assinatura de jornais e periódicos / acervo bibliográfico - com acesso on-line)	23108	1 assinatura , 50 acessos via IP ou protocolos de segurança estabelecidos/usuários Onepass. Vigência de 12 meses.	R\$ 21.547,46
TOTAL				R\$ 92.811,89

1.2. O período de vigência da assinatura compreenderá 12 meses, iniciando-se em 7 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogável até o limite da Lei 14.133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. A contratação da base de dados Biblioteca Digital Proview e Revista dos Tribunais Online - Completa constitui em um importante instrumento de consulta para magistrados e servidores do STM. Esse recurso serve como ferramenta crucial na tomada de decisões, alinhando-se aos objetivos organizacionais ao fornecer acesso imediato a conteúdos jurídicos de alta relevância além de fornecer, com exclusividade, conteúdos digitais jurídicos da Editora Revista dos Tribunais, parte do grupo Thomson Reuters.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2024, inscrito ainda no Calendário de Contratações (3565929) sob o ID 93.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Biblioteca Digital ProView

3.1.1. É uma plataforma de conteúdo editorial criada para auxiliar estudantes e profissionais do direito a navegar pelos títulos jurídicos da Revista dos Tribunais e FiscoSoft em vários dispositivos. Desenvolvida com a tecnologia Thomson Reuters ProView reúne livros em várias áreas do direito e possui as seguintes funcionalidades:

- Navegação por meio do sumário;
- Pesquisa por filtros e no conteúdo das publicações;
- Transferência de anotações entre as edições;
- Criação e compartilhamento de trechos do conteúdo das publicações;
- Adição de anotações;
- Recursos de acessibilidade: mudança de cor de fundo, espaçamento entre linhas e aumento do tamanho da fonte;
- Acessada por PC, laptop, smartphone ou tablet via navegador.

3.2. Revista dos Tribunais Online - Completa (RTO)

3.2.1. É uma plataforma on-line de pesquisa jurídica onde estão reunidos conteúdos das principais fontes do direito, entre, artigos doutrinários de renomados especialistas, legislação atualizada diariamente com seleção de códigos comentados, jurisprudência e súmulas dos tribunais. Possui tecnologia de busca com filtros eficazes e funcionalidades desenvolvidas para os operadores do direito, que permite obter uma visão abrangente para resultados rápidos e precisos, garantindo a

construção de argumentos para as tomadas de decisões. Além disto, a plataforma conta com o selo Editorial da Revista dos Tribunais da Thomson Reuters no Brasil. Contém mais de 1.000 edições e diversos outros títulos e possui as seguintes funcionalidades:

- Acesso facilitado a mais de 1 milhão de relacionamentos entre doutrina, legislação e jurisprudência;
- Pesquisa por filtros, índice e no conteúdo das publicações;
- Permite salvar, compartilhar e imprimir os artigos dos conteúdos das publicações;
- Integração com a Biblioteca Digital Proview;
- Recursos de acessibilidade: aumento do tamanho da fonte;
- Acessada por PC, laptop, smartphone ou tablet via navegador;

3.3. Quantidade: 1 (uma) assinatura Biblioteca Digital ProView com até 50 (cinquenta) acessos simultâneos por IP (Internet Protocol)/Onepass e acessos remotos por autenticação pela intranet e 1 (uma) assinatura Revista dos Tribunais Online - Completa (RTO) com 50 (cinquenta) usuários simultâneos por IP(Internet Protocol)/Token ou por protocolos de segurança, **para 12 meses, 7 de dezembro de 2024 à 6 de dezembro de 2025.**

3.4. A contratação ocorrerá por **inexigibilidade de licitação**, com fulcro no Art. 74, I da Lei 14.133/2021. Trata-se de serviço prestado por fornecedor exclusivo, conforme Certidão de Exclusividade (3873047) apresentada pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação, Regional de São Paulo.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Habilitação

4.1. A empresa contratada deverá estar inscrita no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.

4.2. Serão exigidas as habilitações fiscal, social e trabalhista nos termos do Art. 68 da Lei 14.133/2021.

4.3. A habilitação jurídica deverá ocorrer nos termos do Art. 66 da Lei 14.133/2021.

Requisitos Técnicos

4.4. Acesso à internet;

4.5. Endereço eletrônico (URL) definido pela CONTRATADA e por identificação do número de IP (Internet Protocol) ou por protocolos de segurança estabelecidos, permitindo acesso simultâneo a vários usuários do CONTRATANTE. A lista de IP's fixos deve ser fornecida à CONTRATADA.

4.6. O acesso será feito preferencialmente nas dependências físicas do CONTRATANTE. Para acessos fora das dependências do STM, a CONTRATANTE deverá disponibilizar recursos para os usuários como VPN ou Acesso via Proxy Reverso, exceto nos casos de acesso à Biblioteca Digital Proview que poderá ser acessado também mediante login e senha cadastrados previamente até o limite de 50 acessos.

4.7. Conectados - navegadores: IE11 e as versões mais recentes do Firefox e Chrome, iOS 10.3 ou superior para tablets e smartphones, Android 6.0 para tablets e smartphones, aplicativos de desktop legados o Windows 7 ou superior para Microsoft Desktop (usuários do Windows 10 devem usar o navegador Edge ou Chrome para criar ou editar anotações) e Mac OS 10.10 ou superior para Mac Desktop;

4.8. Fornecer os registros de Metadados necessários para a integração da referida Base com o catálogo bibliográfico da biblioteca e provedores de serviço de descoberta em um dos seguintes formatos: MARC21, ISO2709, MARC XML ou XML.

Garantia da contratação

4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual., conforme regras previstas no contrato.

4.10. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 1 (um) mês após assinatura do contrato.

4.11. No caso de **seguro-garantia** sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, **até a data de assinatura do contrato.**

Demais Requisitos

4.12. Oferecer suporte técnico ao CONTRATANTE, em língua portuguesa, por meio de central de atendimento telefônico pelo telefone e whatsAapp (11) 4700-9060, webchat (portal do cliente) <https://customer.legalone.com.br/> e/ou via formulário web (https://thomsonreutersgllis2e.my.salesforce-sites.com/GGOWeb2CaseForm/GGO_VFP_Web2Case?Source=BR&BU=Legal), das 9h (nove horas) às 18h (dezoito horas), de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados;

4.13. Iniciar o atendimento aos chamados abertos pela CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, notificando a CONTRATANTE da confirmação de abertura do chamado;

4.14. Fornecer acesso simultâneo e ilimitado aos conteúdos assinados por meio do nº do Internet Protocol - IP do CONTRATANTE;

4.15. Permitir acesso remoto pela Internet ou pela rede interna do STM (login e senha de rede fornecido pelo Tribunal) ao conteúdo da base por todos os usuários do órgão, por meio de faixas de Internet Protocol - IPs ou por protocolos de segurança estabelecidos e acesso via Proxy (a distância) sem ônus, desde que o IP do STM esteja habilitado;

- 4.16. Garantir, durante a vigência do contrato, treinamentos virtuais por meio de webinários;
- 4.17. Garantir atualização durante a vigência da assinatura dos conteúdos disponibilizados, salvo quando o próprio autor não autorizar a inclusão das atualizações no Produto, resguardado o disposto na Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais) sem ônus para a CONTRATANTE;
- 4.18. Prover disponibilidade do sistema 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias da semana, com disponibilidade de acesso de até 97% das 720 (setecentos e vinte) horas mensais e notificar a contratante com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência quando da realização de manutenções preventivas programadas que forem necessárias ao sistema;
- 4.19. Enviar relatórios de uso da base de dados, por chamado de suporte, sempre que requisitados pela CONTRATANTE;
- 4.20. Disponibilizar links individualizados para cada obra, de forma que cada livro ou similar possa ser acessado por meio de um URL exclusiva;
- 4.21. Permitir o armazenamento, a leitura e a consulta dos livros digitais;
- 4.22. Permitir acesso ao conteúdo das bases por meio de *browsers* (navegadores para internet) e/ou plataformas móveis como *tablets* e *smartphones*;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O serviço deverá ser disponibilizado em até 03 (três) dias úteis após a confirmação de recebimento da Nota de Empenho, com a efetiva disponibilização do site mediante login e senha de acesso.

5.2. Em conformidade com o Art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto deste contrato será recebido das seguintes formas:

5.2.1. provisoriamente, imediatamente após a disponibilização do serviço; e

5.2.2. definitivamente, em até cinco dias úteis, após o recebimento da nota fiscal, e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

5.3. Os produtos ou serviços entregues em desacordo com o especificado no Termo de Referência, ou com defeito, serão rejeitados, parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a corrigi-los dentro do SLA padrão da Contratada, sob pena de incorrer atraso quanto ao prazo de execução.

5.4. Essa notificação suspende os prazos de recebimento/pagamento até que a irregularidade seja sanada.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

Local da prestação dos serviços

5.6. Os serviços serão prestados por meio de acesso à Biblioteca Digital Proview e a Revista dos Tribunais Online (RTO) por identificação do número de IP (Internet Protocol) ou por protocolos de segurança estabelecidos por endereço eletrônico definido pela CONTRATADA, permitindo acesso simultâneo a vários usuários do CONTRATANTE, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com disponibilidade de acesso de até 97% das 720 (setecentos e vinte) horas mensais.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO

6.1. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade.

6.1.1. As comunicações formais entre o órgão e a Contratada devem ser feitas na forma de **intimação administrativa eletrônica do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**, conforme [Ato Normativo 430, de 2020](#), reservado o uso de correio eletrônico institucional, via SEI, ou o uso de aplicativo de mensagem para telefone móvel como complemento dessa notificação.

6.1.2. As comunicações entre o órgão e a Contratada poderão ser feitas diretamente por meio de correio eletrônico institucional, via SEI, ou por meio de aplicativo de mensagem para telefone móvel, quando a situação exija celeridade ou quando a comunicação aborde atividades corriqueiras relativas à execução contratual, hipóteses em que deverá ser juntado aos autos o registro do diálogo ou a certidão da fiscalização, atestando a sua ocorrência.

6.2. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3. A Seção de Biblioteca (SEBIB) acompanhará a execução do objeto.

6.3.1. E-mails para contato: biblioteca@stm.jus.br / cosmefrsm@stm.jus.br / nathaliameo@stm.jus.br

6.3.2. Telefones para contato: (61) 3313-9284 / 3313-9331 / 33139404

6.4. Caberá à SEBIB, dentre outros:

6.4.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem assim indicar as ocorrências

verificadas;

6.4.2. Solicitar à CONTRATADA e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

6.4.3. Propor a aplicação de penalidades à CONTRATADA;

6.4.4. Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da fatura e o registro do atesto para fins de liquidação e pagamento.

6.5. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais. Além disso, a CONTRATADA se compromete a cooperar com a CONTRATANTE no que se refere à fiscalização, mas as Partes desde já estabelecem que a fiscalização aqui prevista não deve ser entendida como direito de realizar auditorias em documentos, sistemas e/ou demais informações da CONTRATADA, as quais se encontram expressamente vedadas.

7. PAGAMENTO

7.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente, para fins de liquidação, deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.1.1. o prazo de validade;

7.1.2. a data da emissão;

7.1.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.1.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.1.5. o valor a pagar;

7.1.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e

7.1.7. descrição do valor unitário e quantidade dos itens do serviço prestado.

7.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será feita comunicação à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa executada, para efeito de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei 14.133/2021.

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Prazo de pagamento

7.5. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados da conclusão do Termo de Ateste - Serviços Comuns, conforme seção anterior, nos termos do Manual de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos da JMU.

7.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para o fato, a atualização financeira devida, entre a data que deveria ser efetuado o pagamento e a data correspondente ao efetivo pagamento, será calculada da seguinte forma, devendo a atualização prevista nesta condição ser incluída em nota fiscal a ser apresentada posteriormente:

$$AF = I \times N \times VP$$

AF = atualização financeira devida;

I = 0,0001644 (índice de atualização dia);

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor do pagamento devido.

Forma de pagamento

7.7. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.9.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.11 Condições gerais: O pagamento pelo fornecimento da assinatura da "Biblioteca Digital Proview e Revista dos Tribunais Online - Completa" será efetuado de forma antecipada, na forma do item 7.5.

7.11.1 Além do disposto no item 7.11, o pagamento somente será efetuado após o envio do link de acesso à plataforma em pleno funcionamento.

7.12 Justificativa para pagamento antecipado: Conforme o Parecer nº 327/2023/CJA do Processo Administrativo 0016420/2023 do TJDF (3876525), alinhado a prática comum de mercado observada em diversos

órgãos públicos - TJDF (3876539), STJ (3876536), TST (3876545) e STF (3876537) - o pagamento antecipado é necessário para viabilizar a assinatura anual de bases de dados, por tratar-se de um serviço de fornecimento contínuo e ininterrupto de acesso on-line, não se faz necessário o acompanhamento mensal relacionado a entrega de produtos, não justificando, portanto, os custos causados à Contratada, de gerar e enviar notas fiscais mensais e, ao Contratante, considerando os custos que envolve todo o processo de atestar a nota fiscal até o seu efetivo pagamento.

7.13 Garantias e cautelas: Para minimizar os riscos associados ao pagamento antecipado e proteger a administração de eventuais prejuízos *será exigida a garantia conforme os subitens 4.9, 4.10 e 4.11.*

7.13.1. Além do seguro-garantia, a contratada estará sujeita às sanções previstas neste Termo de Referência. Estas sanções estão detalhadas na seção de penalidades e podem incluir multas ou outras medidas punitivas em caso de inadimplemento ou fornecimento inadequado.

7.13.2. Em caso de interrupção do serviço, fica a Contratada obrigada a restituir o valor antecipado proporcionalmente ao objeto não executado nos termos do §3º do artigo 145 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A contratação ocorrerá por **inexigibilidade de licitação**, com fulcro no Art. 74, I da Lei 14.133/2021. Trata-se de serviço prestado por fornecedor exclusivo, conforme Carta de Exclusividade apresentada pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação, Regional de São Paulo (ASSEPRO) 3873047

8.2. O objeto desta contratação será executado pela empresa **EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA**, inscrita sob o CNPJ nº **60.501.293/0001-12**.

9. VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo total da contratação é de R\$ 92.811,89 (noventa e dois mil oitocentos e onze reais e oitenta e nove centavos).

9.2. O valor contratado é compatível com o mercado, conforme comprovações de preços incorporadas ao processo.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto e o cumprimento das obrigações pela Contratada, observado o disposto na cláusula 6.5;

10.6. Comunicar a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.7. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

10.8. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

10.9. Cientificar o órgão de representação judicial do STM para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

10.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo de Referência, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.12. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação relacionada ao objeto do Contrato por eles solicitado;

11.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, nos

prazos e condições estabelecidos no SLA aplicável, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na contratação;

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, atrelado ao escopo contratado, garantindo-lhes o acesso aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.11. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que alterem substancialmente as especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

11.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

11.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

11.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

11.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante, quando os serviços forem prestados nas instalações físicas do Contratante;

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Fundamentado nos artigos 155 e 156 da Lei n.º 14.133/2021, serão aplicadas ao licitante ou contratado responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

12.1.1. **Advertência**, quando der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, quando:

12.1.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.2.2. Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.2.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.2.4. Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.2.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,

quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 3 (três) até 6 (seis) anos, quando:

12.1.3.1 Praticar as infrações previstas no item 12.1.2 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

12.1.3.2 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.3.3 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.3.4 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.3.5 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.3.6 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. O atraso injustificado na execução contratual implicará multa correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor celebrado desta contratação, até o limite de 15% (quinze por cento) do respectivo valor total.

12.2.1 Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a sanção prevista no item 12.1.2 deste Termo de Referência, assim como a inexecução total do contrato.

12.3. Os casos de descumprimento das demais obrigações previstas neste Termo de Referência implicarão em multa de 0,5% (cinco décimos por cento), calculada por ocorrência e sobre o valor total adjudicado, até o limite de 10% (dez por cento). Caso o limite seja excedido, será caracterizado o descumprimento total da obrigação, assim como a inexecução total do contrato.

13. REAJUSTE (art. 92, V)

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

14.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

14.1.1.1. Gestão/Unidade: DIDOC;

14.1.1.2. Programa de Trabalho: 167544 - JUPROC - Julgamento de Processos e Gestão Administrativa; e

14.1.1.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

15. EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. Em caso de rescisão contratual sem a execução total do pactuado, a CONTRATADA deverá devolver o valor correspondente ao período de vigência contratual restante, com a devida correção monetária aplicada ao segmento, por meio de GRU, em até 20 (vinte) dias após a publicação da rescisão contratual.

15.2. Caso não seja efetuada a devolução do valor, a empresa será inscrita na Dívida Ativa da União e declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16. CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO I - TERMO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA DISPONIBILIZAÇÃO DO SERVIÇO

PROCESSO SEI nº: (XXXXXX/XX-XX.XXX)

CONTRATANTE: Superior Tribunal Militar
CNPJ: 00.497.560/0001-01

CONTRATADA:
CNPJ:

Declaro que estou ciente e de acordo com os termos e condições do Termo de Referência SEI nº [XXXXXXX].

Brasília, de de 2024.

ASSINATURA

(NOME DO RESPONSÁVEL)

(CARGO DO RESPONSÁVEL)

ANEXO II - LGPD

DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da licitação/execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da licitação/contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da licitação/execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
3. A LICITANTE/CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da licitação/execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o STM, para a execução do serviço objeto desta licitação/contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).
5. A LICITANTE/CONTRATADA, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo STM.
6. A LICITANTE/CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao STM em até 48 (quarente e oito) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.
7. A LICITANTE/CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no edital/contrato.
8. A LICITANTE/CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no edital/contrato.
9. A LICITANTE/CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo CONTRATANTE.

10. Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

Brasília, de de 2024.

ASSINATURA

(NOME DO RESPONSÁVEL)

(CARGO DO RESPONSÁVEL)

ANEXO III - NEPOTISMO

DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

IDENTIFICAÇÃO	
01 - Nome	
02 - CPF	03 - Telefone
04 -Vínculo com a JMU <input type="checkbox"/> Colaborador terceirizado que presta serviços na JMU <input type="checkbox"/> Sócio de empresa que firmou contrato proveniente de Licitação <input type="checkbox"/> Sócio de empresa que firmou contrato proveniente de Dispensa de Licitação <input type="checkbox"/> Sócio de empresa que firmou contrato proveniente de Inexigibilidade de Licitação <input type="checkbox"/> Outro Tipo de Vínculo - Especificar abaixo:	
05 - Razão Social da Empresa e CNPJ	

Considerando o disposto na Resolução nº 7/05, do Conselho Nacional de Justiça, declaro para os devidos fins que:

() não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de magistrado ou servidor da Justiça Militar da União,

() sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de magistrado ou servidor da Justiça Militar da União.

07 - Nome do servidor ou magistrado	08 - Grau de parentesco

Declaro, ainda, estar ciente de ser o responsável pela atualização das informações aqui prestadas, nos termos da Resolução nº 7/05, do Conselho Nacional de Justiça.

ANEXO IV - DECLARAÇÃO - MENOR DE IDADE

CPF (Fornecedor)....., CNPJ ou no sediado em (endereço) por intermédio de seu representante legal..... portador da Carteira de Identidade no e do CPF no DECLARA, para fins do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. ()

(Local), de de 20 .

Assinatura do Responsável Legal
Nome:
CPF:

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

ASSINATURA
(NOME DO RESPONSÁVEL)
(CARGO DO RESPONSÁVEL)

Brasília, de de 2024.

ASSINATURA

(NOME DO RESPONSÁVEL)

(CARGO DO RESPONSÁVEL)



Documento assinado eletronicamente por **NATHALIA GOMES COSTA MELO, INTEGRANTE ADMINISTRATIVO**, em 02/10/2024, às 14:59 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3963435** e o código CRC **E560CB57**.

3963435v2

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>